



# ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Comunicado Nacional - 28 de Junho de 1999



Neste décimo ano de vida da ANS e no vigésimo quinto do 25 de Abril, a prática da vida evidencia aquilo que as organizações dos sargentos afirmam há cerca de 16 anos: o artigo 31º de LDNFA restringe os direitos de cidadania dos militares para lá do que constitucionalmente é permitido criando uma situação de escassez de meios e mecanismos de diálogo que, em situações críticas e de indignação dos cidadãos militares, se torna potencialmente perigosa e lesiva para os pilares em que assentam as Forças Armadas - a autoridade e a disciplina.

A redacção actual do artigo 31º da LDNFA constrangi a possibilidade dos militares possuírem as suas associações de natureza sócio-profissional e terem um meio de defenderem, fora da Instituição Militar - protegendo-a de situações de conflitualidade -, os seus interesses de natureza social, como os vencimentos, as carreiras, os apoios sociais e psicossociais às suas famílias quando defendem os interesses nacionais em missões que implicam ausências prolongadas do seio familiar, entre outros.

Ao constrangimento aliou-se ainda o apoio de muitos chefes militares a esta política de menorização dos cidadãos militares coarctando-lhes os direitos de cidadania e impedindo-os de defenderem os seus interesses. Os chefes fizeram-no no pressuposto, errado, de que o poder político lhes daria os meios suficientes para exercerem o dever de tutela e resolverem os problemas de natureza social que os seus homens lhes colocavam.

Porém, as profundas alterações do edifício jurídico-militar tiveram sentido contrário. Como já reconheceram ex-chefes de estado-maior dos ramos, como os generais Loureiro dos Santos, Garcia dos Santos e Conceição e Silva, os CEM hoje não têm meios para tutelarem com eficácia os interesses dos seus homens. Na entrevista que o GEN. CEMGFA deu ao "Semanário", deixa entrever que ainda luta por exercer esse dever de tutela, e avisa o poder político que a manter-se o quadro de degradação dos vencimentos e carreiras dos militares sem se adoptarem medidas, correm-se riscos muito graves para o País, avisando mesmo que o estado de espírito dos militares pode degenerar na tentativa de resolver o problema com recurso a meios e formas incompatíveis com o seu estatuto militar.

Aquilo que nós dizíamos e ninguém ouvia assume hoje uma tal visibilidade e evidência que manter o actual quadro legislativo denota uma grande irresponsabilidade e autismo político. É não saber retirar das situações as lições e encontrar os antídotos.

Se compreendemos que hoje ainda hajam chefes militares que não compreendem a utilidade das associações dos militares como factor de estabilidade e de reforço da autoridade dos comandos, já não compreendemos que o PS, o PPD/PSD e o PP persistam na recusa da evolução do estatuto das associações para o de associações de natureza sócio-profissional - à semelhança do que se passa nos restantes países da Europa, nossos parceiros na União Europeia, onde os militares dispõem de meios de diálogo e de representação de interesses.

A alguns chefes militares é difícil, hoje, de um momento para o outro, defenderem aquilo que combateram durante anos - acreditando ser o melhor, à luz das promessas dos partidos que ocupam a pasta da Defesa Nacional há mais de vinte anos. Por outro lado assistem-lhes dúvidas sobre o impacto que a existência de associações pode vir a ter na cadeia de comando. Habituararam-se a encarar os militares associativos como "o inimigo" e hoje é-lhes difícil analisarem com clareza o papel que as associações têm assumido.

Continuam a ter uma grande pressão dos comandos das unidades que tendem a ver nas associações um concorrente ao comando. Este facto e a falta de diálogo e de debate toldam-lhes a percepção da gravidade da situação. Durante anos fomentou-se o *carreirismo* e criou-se a escola de *escutar o que o chefe quer ouvir para lhe descrever a situação a essa luz*. Os problemas dos militares são ouvidos, não para serem resolvidos, mas para se estudar o modo de *dar a volta* aos seus homens. Assim, os problemas acumularam-se e agravaram-se sem resolução, descredibilizando a cadeia hierárquica o fragilizando a sua autoridade. Compreendemos mas é uma visão injusta.

É a esta luz que devem ser entendidos os esforços inglórios do ALM CEMA e de alguns comandos das unidades dos três ramos, ao proferirem ameaças, mais ou menos veladas, e criarem dificuldades às manifestações de indignidade dos seus homens dentro do respeito pelo compromisso com a disciplina. Quando comandos das unidades proíbem a venda de sandes nos bares, nos dias em que os militares resolvem não comparecer nas messes à hora do almoço, não estão a melhorar a imagem do seu comando perante os seus homens. Antes pelo contrário: estão a agravar o mal-estar, que foram incapazes ou não souberam resolver. O que os seus homens esperam deles é, senão solidariedade, pelo menos compreensão. Nunca ameaças nem represálias veladas. Hoje são as associações que mais lutam contra o boato e pela disciplina. São um factor de estabilidade, de motivação e donde emana uma perspectiva real de resolução dos problemas.

O PS, o PPD/PSD e o PP, dão sinais de se prepararem para inviabilizarem a evolução das associações dos militares para um estatuto sócio-profissional, rejeitando as propostas de alteração aprovadas no Plenário da AR e em discussão na Comissão de Defesa Nacional. Esta postura, analisada à luz da crise que grassa nas FFAA devido à degradação dos vencimentos e das carreiras dos militares, só pode ser apelidada de irresponsável.

Hoje é claro para todos que esta situação só se deve ao facto de os militares não possuírem estruturas associativas com meios para defenderem eficazmente os seus interesses. E também é claro para todos que senão existissem associações dos militares as manifestações de indignação já teriam saído dos limites aceitáveis e teriam assumido formas e atitudes lesivas da Instituição Militar e da disciplina.

O PS, ao não resolver a questão dos vencimentos remetendo-a para o próximo ano e de forma faseada, contrariando anteriores compromissos e decisões unânimes em sede de Conselho Superior Militar, está a dar razão aqueles que têm defendido que as atitudes de indignação já deviam ter assumido um carácter mais veemente, quiçá ostensivo. Está a dar razão aos que dizem que o PS só resolve os problemas daqueles que cortam estradas, fazem greves self-service, encham as ruas de porcos, fazem chantagem com a degradação da imagem do País na empresa onde exercem, e que, portanto, todos os que privilegiam a via do diálogo vêm os seus problemas iludidos e arrastados.

O PS, o PPD/PSD e o PP ao inviabilizarem a evolução das associações para um estatuto sócio-profissional, assumem a responsabilidade por todos os castigos disciplinares que os militares associativos vierem a sofrer por, dentro do respeito e na defesa da disciplina e da Instituição Militar, lutarem pelos direitos e interesses dos cidadãos militares. São ainda responsáveis se os militares, à revelia das associações, adoptarem medidas de defesa dos seus interesses mais extremadas e potencialmente perigosas, devido à falta de mecanismos suficientes para o diálogo.

A ANS tudo fará para que os problemas sejam resolvidos dentro do quadro que já definimos como de compromisso com a disciplina. Mas a ANS não assumirá o ónus do arrastamento e agravamento dos problemas: essa responsabilidade pertence em primeiro lugar ao PS e ao seu Governo e aos PPD/PSD e PP por inviabilizarem a evolução das associações para um estatuto sócio-profissional.

A ANS compreende e respeita as posições do GEN. CEMGFA e solidariza-se com este chefe militar. E tal como o GEN. CEMGFA, a ANS considera que os problemas dos militares se devem resolver no quadro do diálogo e do debate sério e sereno com os responsáveis pela sua solução, o Governo, e nunca com *quarteladas* ou outras atitudes que a longo prazo se iriam revelar prejudiciais para as FFAA, para os militares e para o País.

Nesta hora de grande indignação e gravidade a ANS apela a todos os militares que mantenham a calma, a serenidade e a elevação que são nosso apanágio. Que se unam em torno das suas associações e reforcem os laços de camaradagem e de coesão no seio da Família Militar. Que, em qualquer circunstância, respeitem acima de tudo a disciplina.

A ANS apela aos comandos e aos CEM que dêem sinais claros e correctos aos PS, PPD/PSD e PP para que, em tempo útil, os problemas que afectam os militares sejam resolvidos: os vencimentos, a revisão do artigo 31º da LDNFA e a revisão dos aspectos mais negativos do EMFAR em sede da A.R..